

Évora entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Uma sociedade em transição

Teresa Fonseca

O processo de transição do Antigo Regime para o Liberalismo em Évora, refletido no contexto da Revolução de 1820, é analisado através de uma abordagem multidisciplinar. O estudo foca-se na evolução da sociedade evorense, desde a estrutura social rígida do Antigo Regime, baseada no latifúndio e no clero, para a sociedade mais fluida e individualista do Liberalismo. Analisa-se o papel da burguesia emergente, a influência da imprensa e a atuação das instituições locais, como o Concelho da Câmara e o Tribunal da Relação, na implementação das reformas liberais. O texto também aborda as resistências locais ao novo regime e o papel da nobreza evorense durante este período de transição.

Este trabalho pretende analisar o processo de transição do Antigo Regime para o Liberalismo em Évora, refletido no contexto da Revolução de 1820. O estudo foca-se na evolução da sociedade evorense, desde a estrutura social rígida do Antigo Regime, baseada no latifúndio e no clero, para a sociedade mais fluida e individualista do Liberalismo. Analisa-se o papel da burguesia emergente, a influência da imprensa e a atuação das instituições locais, como o Concelho da Câmara e o Tribunal da Relação, na implementação das reformas liberais. O texto também aborda as resistências locais ao novo regime e o papel da nobreza evorense durante este período de transição.

Palavras-chave: Antigo Regime, Liberalismo, Revolução de 1820, Évora, sociedade em transição.



Évora representa um dos mais expressivos exemplos de sobrevivência, em Portugal, do modelo social característico do Antigo Regime, devido à conjugação de três factores essenciais: a importância então usufruída pela cidade nos planos político-administrativo e religioso; a prevalência de uma economia rural assente na exploração rentista do latifúndio; e a interioridade geográfica. Deste modo possuía, no findar de setecentos, uma sociedade fechada e quase parada no tempo.

O clero mantinha-se poderoso e influente, apesar da decadência do Tribunal da Inquisição, do afastamento dos jesuítas e do encerramento da Universidade, do gradual despovoamento dos seus conventos e do abrandamento do fervor religioso, já então evidente nas franjas esclarecidas dos letrados, negociantes e oficiais mecânicos. O Cabido da Sé, a Misericórdia, as igrejas, os conventos, as confrarias e os colégios possuíam, no seu conjunto, quase um terço das herdades do termo eborense, além de muitos outros bens fundiários em concelhos vizinhos. E estas mesmas instituições, juntamente com religiosos regulares e seculares a título individual, possuíam mais de oito centenas de bens imóveis intra-muros, correspondentes a perto de um quarto do total dos prédios da urbe¹. A reforma pombalina dos estudos menores trouxera à cidade professores régios de mente esclarecida, como Nicolau Tolentino de Almeida, Bento José de Sousa Farinha ou João Rosado de Vila Lobos e Vasconcelos. Contudo, o seu número era insuficiente, continuando por isso o clero regular, com destaque para os franciscanos, a assegurar, no essencial, este grau de docência na cidade².

A nobreza de antiga linhagem, maioritariamente fidalga, ocupava há séculos, quase em exclusivo, os lugares cimeiros da hierarquia administrativa municipal, aos quais se vira progressivamente confinada, em virtude da fixação da corte, primeiro em Madrid e mais tarde em Lisboa, e à medida que os imperativos de modernização política e militar a iam afastando de posições mais relevantes. O seu poder económico assentava na grande propriedade, explorada em regime de arrendamento e organizada em sistema de morgadio. As famílias mais abastadas administravam várias herdades, disseminadas por diferentes concelhos dos actuais distritos de Évora, Beja, Portalegre e Santarém. Em regra desconfiados da inovação, arriscavam, em certos casos, processos novos e mais rentáveis de exploração da terra, principalmente a conversão das searas em pastagens. Os morgados, ocupados na administração das suas casas e em outros afazeres, revelavam geralmente pouca apetência para os ofícios camarários. Pelo contrário, alguns dos filhos segundos convertiam estes cargos num modo de vida alternativo às carreiras das armas ou eclesiástica, adquirindo alguma independência económica através das elevadas propinas recebidas pelo seu exercício³.

¹ Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo. Évora. 1750-1820*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 87.

² Id., *ibid.*, pp. 593-596 e bibliografia aí citada.

³ Id., *ibid.*, pp. 92-98 e 163-194.

A burguesia, de forma lenta mas consistente, aproveitou as oportunidades proporcionadas pela governação pombalina, pelo crescimento demográfico e pela equidistância de Évora relativamente a Lisboa e à fronteira, para arrendar herdades que convertia em pastagens e para traficar gado, cereais, azeite, vinho, madeira, couros, lã, panos e outros produtos da região. Aplicou o capital assim acumulado na usura, socorrendo a própria aristocracia local e até a câmara, nas situações, cada vez mais frequentes, de aperto financeiro. A proximidade assim obtida com a elite dirigente facilitava-lhe a arrematação, no concelho e no almoxarifado, da lucrativa cobrança de rendas camarárias e de impostos régios. Alguns filhos destes lavradores e negociantes nobilitaram-se pela via literária ou militar. Lograram o ingresso no rol de elegíveis para procurador da cidade; e por inerência desta função, emparceiraram com a nobreza de sangue no exercício do cargo de almotacé, o ofício camarário de maior prestígio ao seu alcance⁴.

Os artesãos, distribuídos por quase sete dezenas de ofícios, continuavam bloqueados e simultaneamente protegidos por um complexo sistema corporativo de raiz medieval. Os mestres constituíam a elite deste grupo profissional. Era-lhes reservado o direito de elegerem o juiz e o escrivão do seu ofício, ou de serem eleitos para tais funções. E se integrassem um dos principais vinte e quatro ofícios, podiam lograr a eleição para juiz, procurador ou escrivão do povo e assim representar, junto do governo camarário, os interesses dos mestrisais e de todo o povo eborense. Alguns destes mestres conseguiram reunir capital suficiente para se aventurarem em negócios de outra monta, como o abastecimento de carne à cidade, ou a partilha, com mercadores mais abastados, da adjudicação de algumas rendas camarárias. Contudo, a maioria ia apenas sobrevivendo, em condições quase tão miseráveis como as dos oficiais e aprendizes seus dependentes⁵.

O povo, a esmagadora maioria da população do concelho, era constituído pelos trabalhadores do sector agro-pecuário, por artesãos sem oficina própria, por criados domésticos e de lavoura, por caixeiros e outros empregados no comércio e nos transportes e ainda por pequenos proprietários agrícolas, que conciliavam a exploração das suas pequenas courelas com o trabalho assalariado. O crescimento demográfico ocorrido ao longo do século XVIII gerara um acréscimo de oferta de mão-de-obra, que a economia rural era incapaz de absorver, provocando a subida do desemprego. Os magros salários, a precaridade e sazonalidade do trabalho agrícola e a apertada vigilância dos rendeiros das coimas camarárias, dificultavam bastante as condições de vida do povo alentejano, consideradas por observadores coevos, miseráveis ou no limiar da

⁴ Id., *ibid.*, pp. 99-100, 117 e 194-216.

⁵ Id., *ibid.*, pp. 100-101 e 244-262.

miséria. Ora os eborenses não fugiam à regra. Muitos, por doença, falta de trabalho, ou pelo simples agravamento do custo dos bens alimentares resultante de um mau ano agrícola, viam-se rapidamente reduzidos à indigência. Os mais felizes conseguiam acolhimento numa das instituições de caridade da cidade. Mas a maioria vagueava pela urbe e pelo campo, em busca de esmola, comida ou trabalho ocasional, praticando pequenos furtos e chegando a ameaçar os lavradores que lhes recusavam ajuda⁶.

O novo século de oitocentos nasceu agitado, arrastando consigo um turbilhão de acontecimentos que marcaram profundamente o país e afectaram com particular dureza a região eborense. O ano de 1801, considerado pelos vereadores da cidade “*de carestia, de miseria e de fome*”⁷, trouxe até à capital alentejana as consequências do dramático conflito com a Espanha, travado um pouco mais a leste, nas praças militares raianas. Muitos milicianos partiram para Elvas, deixando as famílias, no dizer dos mesmos camaristas, ainda “*mais desgraçadas, pobres e necessitadas*”⁸. Os homens válidos foram recrutados para a tropa de linha, para desespero dos que ficavam e prejuízo da actividade económica.

Um antigo privilégio isentava a cidade do aquartelamento de exércitos, pela contrapartida do pagamento anual de 7.000 cruzados⁹. Não obstante, 1801 foi o primeiro de uma longa série de anos em que os eborenses, independentemente da sua condição social, suportaram a ocupação de conventos, palácios, estalagens e casas particulares, por levadas consecutivas de centenas de soldados.

Em 1803 e 1804, os procuradores do povo queixavam-se da opressão pública dos aboletamentos constantes, dos longos períodos de permanência dos contingentes militares na cidade e das “*desordens domésticas provocadas por soldados e oficiais*”¹⁰. Mas fora de portas, estas multidões de hóspedes indesejados também incomodavam. Introduziam os cavalos a pastar em campos cultivados, ameaçando e agredindo os quintaneiros; e lançavam cavalos mortos no fosso das muralhas, nos subúrbios do recinto urbano e nas ribeiras, poluindo as águas¹¹.

⁶ Id., *ibid.*, pp. 101-105.

⁷ Arquivo Distrital de Évora/Arquivo da Câmara de Évora (A.D.E./A.C.E.), liv.º 143, *Livro 9.º de Registos (1769-1828)*, f. 150v.

⁸ Id., *ibid.*

⁹ A.D.E./A.C.E., liv.º 55, *Vereações*, acta de 17-3-1804, fs. 7v.-9.

¹⁰ Id., liv.º 54, *Vereações*, acta de 20-4-1803, fs. 85v.-86v.; liv.º 55, *Vereações*, acta de 17-3-1804, fs. 7v.-9.

¹¹ Id., liv.º 55, *Vereações*, actas de 29-2-1804, fs. 5-7; e de 17-3-1804, fs. 7v.-9.

Além do violento encargo dos aquartelamentos, a passagem dos exércitos pelo termo destruía as culturas e implicava ainda a requisição forçada de feno e palha para os cavalos, de carretas e animais de tracção e de todo o tipo de alimentos para os soldados. E quando os camponeses e os almocreves resistiam, desesperados, a tais requisições, as autoridades militares não hesitavam em usar a força.¹²

A partir de 1804, o Estado passou a impor às câmaras das terras atravessadas pela estrada real da província do Alentejo o pagamento da segunda terça, com vista à sua manutenção, bem como à reparação de pontes e de caminhos de acesso a esta as principal¹³. E a edilidade eborense, para obviar a tal despesa, reforçou a vigilância do incumprimento das posturas, procurando assim aumentar as receitas à custa dos mais pobres, a quem a necessidade obrigava a invadir propriedades alheias em busca de lenha, fruta, azeitona do chão, bolota ou pasto para o gado.

Quando se tornou iminente a invasão do exército napoleónico, os recrutamentos recomeçaram em força, originando deserções em massa, com repercussões no agravamento da marginalidade e do banditismo na cidade e na região. Os aquartelamentos passaram a incluir, além da tropa portuguesa, contingentes militares espanhóis, franceses e ingleses. E as requisições, cada vez mais exigentes, implicavam a vistoria frequente de celeiros e lagares, em face da ocultação, por parte dos lavradores, do produto das suas colheitas.

A população sofria com a falta de alimentos, agravada ainda pela instalação, na cidade, de um hospital militar¹⁴. E a carestia decorrente da escassez, levava a fome a muitos lares. Por exemplo, as dificuldades no fornecimento de carne a retalho, sentidas a partir de 1807¹⁵, apenas foram superadas em 1815¹⁶. Mas o problema mais grave teria sido a falta de água, cuja escassez, sempre habitual no estio, se agravava em épocas de forte mobilização militar, devido à sobrelotação urbana e à maior dificuldade em reunir verbas para reparar as rupturas dos canos do Aqueduto da Água da Prata, a principal fonte de abastecimento da cidade.

¹² Id., liv.º 54, *Vereações*, acta de 2-12-1801, fs. 26-26v.

¹³ Id., liv.º 93, *Cartas Várias* (1801-1810), f. 41. Id., liv.º 55, *Vereações*, acta de 3-12-1804, fs. 37-39v. As câmaras abrangidas por esta imposição, que se prolongou até 1814, eram: Évora, Elvas, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Vila Boim, Arraiolos, Redondo, Montemor-o-Novo e Canha.

¹⁴ A.D.E./A.C.E., liv.º 57, *Vereações*, acta de 29-10-1812, fs. 40-40v.

¹⁵ Id., liv.º 55, *Vereações*, actas de: 17-6-1807, f. 142v.; 20-6-1807, fs. 143-143v.; 27-6-1807, f. 144. Id., liv.º 56, *Vereações*, acta de 2-9-1807, f. 2v. Id., liv.º 93, *Cartas Várias* (1801-1810), carta do corregedor José António de Leão, de 2-9-1807.

¹⁶ Id., liv.º 58, *Vereações*, acta de 26-4-1815, fs. 13v.-14.

A culminar todas estas adversidades, Évora foi ainda, nos últimos dias de Julho de 1808, vítima da devastação mais cruel praticada pelos franceses durante a primeira invasão. As tropas de Loison, em três dias e três noites, assassinaram centenas de pessoas, feriram e violentaram muitas outras e saquearam e destruíram igrejas, conventos, casas particulares e o próprio palácio arcebispal. Na retirada, destruíram culturas, assaltaram os montes das herdades e roubaram centenas de cabeças de gado¹⁷.

Passado um ano, os sinais de destruição eram ainda tão fortes, que o senado camarário adoptou uma medida cujo precedente ocorrera apenas a seguir ao terramoto de 1755: instou os proprietários dos edifícios em ruínas a reconstruí-los dentro de um prazo estipulado, pois serviam de lixeira e de esconderijo de ladrões, contribuindo para o clima de insegurança então vivido na cidade¹⁸.

Em 1820, a sociedade eborense mal começara a recuperar dos anos de crise, encontrando-se por isso mais fragilizada que no início do século.

O clero perdera muitos dos seus membros às mãos do invasor gaulês; vira destruídos e saqueados os seus conventos, colégios e igrejas e esgotadas as reservas alimentares; e a devastação das suas herdades impedira-o de receber atempadamente as rendas de que tanto carecia¹⁹. Além disso, a pretexto das urgências da guerra e do superior interesse nacional, tinham-lhe sido retirados antigos privilégios, que em vão se esforçavam por recuperar²⁰.

Os religiosos eborenses foram ainda afectados pelas críticas formuladas, a partir de 1814, pelo canonista e académico Joaquim José Varela, então bacharel do arcebispado, em diversos artigos do *Investigador Portuguez em Inglaterra*, principalmente na “Memória política sobre o estado actual do clero português e sua necessária reforma”²¹.

¹⁷ Entre a vasta bibliografia sobre a invasão de Évora, veja-se: D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, *Memoria Descritiva do Assalto, Entrada e Saque da cidade de Évora pelos Francezes, em 1808*, Évora, Minerva Eborense, 1887; João Limpo Pimentel Pereira de Lacerda, *Mappa Histórico-Militar-Politico, e Moral da Cidade de Évora, ou Exacta Narração do Terrível Assalto, que á mesma Cidade deo o General Loison com hum exercito de nove mil homens em o fatal dia 29 de Julho de 1808*, vols. I e II, Lisboa, Na Off. De António Rodrigues Galhardo, 1814. José Acúrcio das Neves, “História Geral da Invasão dos Francezes em Portugal e da Restauração deste Reino”, *Obras Completas*, vol. 2, tomos III e IV, Porto Afrontamento, s. d. E J. J. Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra da Península*, Porto Liv. Chardron, 1915.

¹⁸ A.D.E./A.C.E., liv.º 56, *Vereações*, acta de 19-10-1809, fs. 84-84v.

¹⁹ Id., liv.º 93, *Cartas Várias* (1801-1810), fs. 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 105, 107 e 108. Id., liv.º 56, *Vereações*, acta de 20-12-1808, fs. 47v.-48.

²⁰ Id., liv.º 96, *Cartas Várias* (1811-1820), fs. 52, 53, 54, 76, 116, 149-149v. e 186v.

²¹ Publicada no número de Julho de 1814.

Neste texto, Varela considerava os eclesiásticos portugueses e particularmente os eborenses ignorantes, imorais, sem vocação religiosa, incompetentes para ensinar a juventude, pastorear as almas e corresponder aos novos desafios da época, designadamente o combate ao ateísmo e ao indiferentismo religioso. Criticava-lhes ainda a vaidade no vestir, o interesse excessivo por questões materiais e a injustiça e corrupção adoptadas nas promoções dentro da hierarquia religiosa da cidade. E não obstante as contraposições acutilantes do sector eclesiástico mais conservador, a polémica, que se arrastou por vários anos, despertou a atenção da opinião pública local e contribuiu para desacreditar ainda mais a já debilitada ordem eclesiástica eborense²².

A nobreza também perdeu privilégios, vidas, haveres e rendimentos; sofreu os vexames do ocupante estrangeiro, a sobrecarga tributária, a devastação das suas herdades e a partida dos seus varões para as frentes de batalha²³. E se em 1804 a maior parte das casas nobres estavam, no dizer do corregedor Silveira Cordeiro, “perdidas por muito empenhadas”²⁴, bem pior seria a sua situação no fim da Guerra Peninsular.

Os sectores economicamente mais débeis foram, como sempre, os mais afectados por anos consecutivos de guerra e instabilidade, alguns deles ainda agravados por más colheitas²⁵. Muitas famílias, rompido o frágil equilíbrio da subsistência, caíram na miséria e passaram a engrossar o caudal de indigentes, que em épocas de normalidade atingia já proporções alarmantes, tanto na cidade, como no termo e em toda a região. A Misericórdia, a principal instituição de beneficência de Évora, sentia-se, em 1818, ainda impotente para acudir às numerosas solicitações. Os franceses tinham-lhe arruinado os edifícios do Hospital Real e da sede da Santa Casa e roubado o valioso recheio desta última. Todavia, a Confraria não lograra ainda reunir fundos para as reparações. Com efeito, as rendas, substancialmente diminuídas, eram

²² Sobre esta questão veja-se Teresa Fonseca, Joaquim José Varela e a “Memória estatística da notável vila de Montemor-o-Novo”, principalmente as pp. 39 a 47. Sobre as ideias de Joaquim José Varela e a sua importância na construção do ideário liberal veja-se José Eduardo Horta Correia, *Liberalismo e catolicismo. O problema congregacionista*, Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1974, p. 121-137; e Zília Osório de Castro, *Cultura e política. Manuel Borges Carneiro e o vintismo*, vol. II, Lisboa, INIC, 1990, pp. 114 a 123. Estes dois autores consideram ainda como anónimos os textos de Joaquim José Varela, que de facto não foram assinados, devido ao seu carácter polémico.

²³ A.D.E./A.C.E., liv.º 93, *Cartas Várias (1801-1810)*, fs. 1, 4, 8, 85 e 86. Id., liv.º 54, *Vereações*, acta de 26-5-1803, fs. 95-98; e liv.º 56, *Vereações*, acta de 5-1-1808, fs. 10v.-12.

²⁴ Torre do Tombo/Ministério do Reino (T.T./M.R.), *Correspondência dos Corregedores. Évora 1757-1833*, maço 325, carta do corregedor José Inácio da Silveira Cordeiro, de 2-11-1804.

²⁵ Como foi, por exemplo, o de 1804, praticamente em todo o Alentejo. A.D.E./A.C.E., liv.º 55, *Vereações*, acta s. d. (entre 26-3 e 17-4) de 1804, fs. 10v.-11v. e acta de 3-12-1804, fs. 37-39v. Veja-se ainda Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo...*, pp. 468-469. Id., *Bernardino Manuel da Costa Lima e a “Memória acerca da vila do Redondo”*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2005, pp. 44-45.

liquidadas com atraso; o afluxo de enjeitados não parava de aumentar; e o número de doentes ao seu cuidado, tanto civis como militares, mantinha-se elevado²⁶.

A exclusão gerada pela indigência, conjugada com o caos social decorrente dos conflitos bélicos, agravou as situações de marginalidade. Nesta condição, emparceirados com vagabundos e desertores, praticavam roubos em mercados e feiras e assaltavam, por vezes com violência, montes isolados e viajantes nas estradas da região, enfrentando até militares e autoridades judiciais²⁷. Em consequência do banditismo, a cadeia da cidade encontrava-se, em 1819, sobrelotada, suja e mal arejada. As doenças contagiosas eram constantes. E como os presos dormiam no chão, os médicos municipais sugeriram à câmara a instalação de esteiras de tábuas, onde pudessem deitar-se²⁸.

Estas duas primeiras décadas de oitocentos proporcionaram, todavia, o enriquecimento de uma minoria de eborenses: os negociantes, que aproveitaram as guerras, a escassez alimentar e o abrandamento da vigilância das autoridades locais, para conferir maior dimensão à sua actividade. Aliciando os rendeiros das coimas camarárias e sobretudo os seus ajudantes, infringiam sistemática e impunemente as posturas municipais, açambarcando e contrabandeando gado, cereais, azeite e outros produtos. Entre os seus principais clientes, contavam-se os exércitos dos dois lados da fronteira.

Quando deflagrou a revolução vintista, as ordens privilegiadas, descontentes com a situação difícil em que viviam mas sempre desconfiadas da mudança, contiveram-se numa cautelosa expectativa. A Câmara protelou o mais possível o cumprimento das ordens emanadas dos Governadores do Reino²⁹, como já antes praticava com as determinações de cariz reformista emanadas do poder central. Porém, instada pelos ministros da comarca e da provedoria³⁰, convocou, para 20 de Setembro de 1820, a nobreza e o povo para uma reunião alargada³¹, na qual se trataram os seguintes assuntos: a proclamação solene da criação da Junta Provisional do Governo do Reino; a leitura das proclamações emanadas da mesma Junta; e a prestação de “juramento e homenagem” ao rei D. João VI, à Junta Governativa e à futura constituição.

²⁶ Id., liv.º 95, *Livro 25 dos Originaes (1801-1820)*, fs. 120-126v.

²⁷ Veja-se Teresa Fonseca, “Marginalidade e banditismo no Alentejo de finais do Antigo Regime”, *Callipole*, n.º 10/11, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2002-2003, pp. 93-103.

²⁸ A.D.E./A.C.E., liv.º 58, *Vereações*, acta de 9-10-1819, fs. 127-127v.

²⁹ Id., liv.º 95, *Livro 25 dos Originaes (1801-1820)*, carta de 9-9-1820, f. 304.

³⁰ Id., liv.º 59, *Vereações*, acta de 17-9-1820, f. 7v. Id., liv.º 96, *Cartas Várias (1811-1820)*, carta do corregedor João Pequeto de Andrade, de 25-9-1820, f. 218.

³¹ Id., liv.º 59, *Vereações*, acta de 29-9-1820, fs. 9-10.

No final, deram-se na sala “os vivas”, repetidos em seguida da varanda do senado para o público em geral, concentrado em frente ao edifício.

Entre esta assistência aglomerada na Praça Grande encontrar-se-iam simples curiosos, liberais convictos e muita gente movida pela esperança numa melhoria das condições de vida, vislumbrada na mensagem renovadora dos obreiros da revolução.

Em Évora existia, já desde a segunda metade de setecentos, uma plêiade de intelectuais de opinião esclarecida, receptivos a algumas vertentes do iluminismo transpirenaico e desejosos de contribuir para a modernização do país e do Alentejo em particular. Inspirados nos princípios e na acção da Academia Real das Ciências, organizaram-se, por volta de 1780, em prol da criação, na capital da Província, de uma Sociedade Patriótica dos Amigos do País e da Humanidade. E gorado o projecto, prosseguiram o seu combate contra o atraso económico e social, o anacronismo e a iniquidade administrativas, o obscurantismo cultural, a desigualdade fiscal e o fanatismo religioso, através de diversas formas de escrita: o memorialismo academista; a tradução, comentada, de autores estrangeiros, cujas teorias fossem susceptíveis de aplicação na região; tratados de natureza pedagógica; e artigos de opinião, por vezes polémicos e contundentes, na imprensa portuguesa do exílio³², como o acima referido.

Esse grupo de críticos do regime foi-se alargando, na mesma medida do descontentamento relativamente à governação do Reino. E perante o descrédito das instituições políticas, foi crescendo igualmente o número dos que viam na ruptura política a única saída para a crise nacional generalizada.

Assim, o pronunciamento militar de 24 de Agosto e a primeira experiência monárquica constitucional, colheram adeptos entusiastas entre os oficiais e soldados do Regimento de Cavalaria Nº 5, entre um número significativo de comerciantes estabelecidos na Praça Grande e nas ruas adjacentes, entre mestres de diversos ofícios mecânicos, entre profissionais liberais como médicos, cirurgiões, advogados e tabeliães, entre homens de negócios, proprietários, lavradores, alguns padres, incluindo priores de conventos e cónegos do Cabido da Sé, funcionários das instituições religiosas e civis, como bacharéis do arcebispado, escrivães do judicial e o então desembargador da Relação Eclesiástica, Joaquim José Varela. Naturais de Évora ou aí radicados há muito, eram, em geral, pessoas prestigiadas e dotadas de uma razoável

³² Teresa Fonseca, *Bernardino Manuel...*, pp. 7-10; 101-109; 111-120. Id., *Absolutismo e municipalismo...*, pp. 594-596; 613-615; e 657-665. Id., *Joaquim José Varela...*, 20-56 e 71-85.

ou mesmo boa cultura literária³³. Entre os civis, contavam-se capitães e alferes de companhias de ordenanças, cobradores ou depositários de impostos régios do concelho e do almoxarifado, priostes do Cabido e da Mitra e irmãos de primeira condição da Santa Casa da Misericórdia.

Como os militares portugueses em geral, os eborenses estavam há algum tempo familiarizados e até comprometidos com os ideais iluministas, maçónicos e liberais, além de revoltados com a tutela de Beresford e dos oficiais superiores britânicos. Alguns eram oriundos de famílias nobres da cidade e da região. Mas frequentavam regularmente as casas de burgueses abastados, onde conviviam também com correligionários de condição mais modesta³⁴. Entre os anfitriões, identificamos António José Alves Crespo, proprietário de uma loja de fazendas³⁵ e amigo pessoal de Joaquim José Varela³⁶, e o merceeiro João de Santa Ana³⁷, com moradia e estabelecimento à Porta Nova. Em uma residência da qual desconhecemos o proprietário efectuavam-se, nas noites de quarta-feira, convívios de liberais. Os serões prolongavam-se até às onze horas. Cantava-se, tocava-se e terminava-se com uma ceia de chá, licores e doces. No serão de 3 de Novembro de 1824 a festa foi ainda mais rija. Sem se deixarem intimidar pela sucessão de movimentos contra-revolucionários desencadeados desde 1823, os convivas assinalaram o segundo aniversário do juramento da Constituição³⁸.

Os estabelecimentos comerciais, como locais públicos, propiciavam igualmente o encontro entre liberais. Francisco José de Sousa Pinto era “*hum constitucional exaltado*” e amigo pessoal do Brigadeiro António Carlos de Caires, comandante do Regimento de Cavalaria 5. A sua loja na Praça Grande, muito bem sortida “*das mais delicadas fazendas e do melhor gosto e moda*”, era um dos principais pontos de encontro dos adeptos da monarquia constitucional³⁹.

A influência dos amigos da liberdade estendia-se para além da cidade propriamente dita. Domingos Marques, cirurgião na aldeia de São Manços, também promovia em sua casa reuniões políticas, onde se cantava o hino à Constituição, e nas quais participavam liberais vindos da cidade⁴⁰.

³³ Por exemplo, o relojoeiro António Francisco da Silva, além de escrever cartas bem redigidas, sem erros ortográficos e com muito boa letra, possuía em sua casa vários livros, incluindo o “*Catecismo Constitucional*” e um exemplar da Carta Constitucional. Veja-se Torre do Tombo/ Processos Políticos do reinado de D. Miguel, (T.T./P.P.), maço 4, doc. 15, processo do relojoeiro António Francisco da Silva.

³⁴ T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 43, doc. 7, processo do doutor Joaquim Aleixo Pais da Costa Pegas.

³⁵ Id., maço 24, doc. 1, processo do lavrador Francisco Joaquim da Fonseca.

³⁶ Id., maço 47, doc. 13, processo do desembargador Joaquim José Varela.

³⁷ Id., maço 4, docs. 14 e 15, processo do relojoeiro António Francisco da Silva.

³⁸ Id., maço 43, doc. 7, processo do doutor Joaquim Aleixo Pais da Costa Pegas.

³⁹ Id., maço 25, doc. 8, processo do mercador Francisco José de Sousa Pinto.

⁴⁰ T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 58, doc. 11-A, processo do tabelião José Joaquim Ferreira Lobo.

Exceptuando Joaquim José Varela, cuja clareza de pensamento ficou bem demonstrada na sua vasta obra, produzida antes e depois da transição de regime, desconhecemos o grau de cultura política dos progressistas eborenses e se possuíam opções definidas no âmbito da matriz liberal. A maior parte, porém, depois da adesão entusiástica ao radicalismo vintista, evoluiu, ao sabor das vicissitudes políticas, para um cartismo moderado, como sucedeu com muitos outros liberais, incluindo alguns líderes revolucionários⁴¹.

Esta primeira experiência de liberdade foi, contudo, efémera. Em 1828, entre o regresso de D. Miguel a Portugal e a sua aclamação como rei absoluto, a cidade foi palco de confrontos políticos, dos quais resultou a primeira vaga repressiva miguelista no concelho. Os incidentes ocorreram nas noites dos domingos de 13 e de 20 de Abril, quando muitos homens do povo deambularam pelas ruas a tocar, a cantar e a dar vivas a D. Miguel. Segundo a versão dos apoiantes do monarca absoluto, os manifestantes, apesar de não molestarem ninguém, foram subitamente agredidos por mais de uma centena de soldados e alguns oficiais do Regimento de Cavalaria 5. Da violência dos ataques, teriam resultado “alguns mortos e muitíssimos feridos”⁴². Houve até quem alegasse ter reconhecido, entre os agressores, vários civis afectos ao regime constitucional, disfarçados com uniformes militares⁴³.

Todavia, os adversários de D. Miguel afirmaram que os manifestantes, incluindo “vários rapazes e homens vadios da ralé do povo”, aproveitaram a confusão para assaltarem as casas dos constitucionais. Quebraram portas e janelas “com grande aluvião de pedras e alguns machados” e agrediram os seus moradores, que apenas se teriam salvo do assassinato devido à pronta intervenção das patrulhas militares⁴⁴.

⁴¹ Como Ferreira Borges ou Silva Carvalho. Sobre o tema, veja-se Maria de Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, pp. 28-29. António Pedro Mesquita, *O pensamento político português no século XIX*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2006, pp. 15-16.

⁴² “Efemérides eborenses (1791-1831)”, *A Cidade de Évora*, N.º 37-38, Évora, Câmara Municipal, Janeiro-Dezembro de 1955-56, p. 303. A descrição, efectuada por um realista anónimo, contém, naturalmente, algum exagero. Numa relação dos feridos das noites de 13 e de 20 de Abril, datada de 24 do mesmo mês, mandada efectuar pelo juiz de fora de Évora António da Costa Gomes, constam 17 nomes. Cf. T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 4, doc. 14, processo do relojoeiro António Francisco da Silva.

⁴³ “Efemérides eborenses” (1791-1831) ..., p. 8. T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 8 doc. 11, processo do cadete do Regimento de Cavalaria 5, António Paulo Vilhena e Silva Lião. Id., maço 3, doc. 1, processo do carpinteiro António Alberto Correia. Todavia, os advogados de defesa dos réus invocaram a impossibilidade de terem sido identificados agressores civis, pois além do disfarce do uniforme os confrontos efectuaram-se de noite. Alguns, apresentaram provas da sua ausência da cidade nos dias e horas dos tumultos, o que não foi suficiente para os livrar das acusações.

⁴⁴ Id., maço 4, doc. 14, processo do relojoeiro António Francisco da Silva.

No dia 21, o povo, ainda amotinado, exigiu aos vereadores da câmara a aclamação do infante D. Miguel como rei absoluto e a substituição dos comandantes das milícias e das ordenanças. O senado enviou então ao Regimento de Cavalaria duas deputações, pedindo ao seu comandante⁴⁵ que se unisse à população na aclamação do novo monarca. E perante a sua recusa, foi aconselhado a retirar o Regimento da cidade e do termo, para evitar mais confrontos com os populares, em fúria e já armados⁴⁶.

A festa da aclamação de D. Miguel “foi deslumbrante como nunca houve outra em Évora”. O povo, “tanto, que não cabia na praça”, respondeu “com delírio” aos vivas a el-rei, proferidos pelo juiz de fora António da Costa Gomes. E entre os dias 21 e 25, “pôs cobertores nas janelas e à noite luminárias”⁴⁷.

Porém, ainda não terminara a festa, já o mesmo juiz de fora afixava editais, incitando a população a denunciar os presumíveis implicados nos motins⁴⁸. Chegava, assim, a hora da vingança para muitos realistas eborenses, que haviam jurado a contra gosto os dois diplomas constitucionais, e a quem Joaquim José Varela viria, em 1834, a responsabilizar publicamente pelo levantamento popular contra os liberais⁴⁹. Alguns dos acusados fugiram a tempo. Mas muitos outros foram presos, sob diversas acusações. A maioria, sobretudo militares, por provocarem “mortes” e “ferimentos sobre o Povo Realista” e alguns oficiais também por terem dado ordem de prisão aos soldados que aderiram às manifestações populares. Mas muitos outros foram denunciados por pertencerem à “facção maçónica” da cidade; por estabelecerem contactos com revolucionários da região e do país, por serem “pedreiros livres”, “constitucionais exaltados”, “revolucionários e demagogos”, “pessoas perigosas”, “constitucionais e soltos de língua”, “desafectos” a D. Miguel ou “muito liberais”. Outros ainda, por “cantarem a Constituição”, servirem de “correio de constitucionais”, afixarem “pasquins” com “proclamações aterradoras” contra o monarca absoluto, angariarem fundos para a causa liberal ou converterem as próprias casas em “sinagogas constitucionais”.

⁴⁵ O brigadeiro António Carlos de Caíres, reputado como liberal. Cf. T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 25, doc. 8, processo do mercador Francisco José de Sousa Pinto. Torre do Tombo/Desembargo do Paço, Repartição do Alentejo e Algarve (T.T./D.P., A.-A.), maço 314, doc. 76.

⁴⁶ “Efemérides eborenses (1791-1831)” ..., pp. 303-304. O Regimento retirou-se, provisoriamente, para Arraiolos, recebendo posteriormente ordem de marcha para Lisboa, tendo sido aquartelado em Belém. Só regressou a Évora em 1830. Cf. “Efemérides eborenses (1791-1831)” ..., p. 305.

⁴⁷ Id., *ibid.*, pp. 304-305.

⁴⁸ T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 3 doc. 1, processo do carpinteiro António Alberto Correia.

⁴⁹ Joaquim José Varela imputa a principal responsabilidade ao clero realista, devido ao ascendente exercido sobre a população. Veja-se *Balido das ovelhas eborenses espavoridas pelo espantoso eco do pastor estranho, que ao longe ouviam no dia 15 do mês de Setembro do ano de 1833*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, pp. XI-XVIII.

Às acusações de natureza política, acrescentavam-se em alguns casos as de cariz religioso: ser “inimigo da Religião e do Trono” ou “achincalhador da Religião”; possuir “pouca religiosidade” ou nem ter “sentimentos alguns de religião”; proferir “impiedades”; contar anedotas sobre padres; não ensinar “aos filhos os princípios da Religião”; e ridicularizar quem tirasse o chapéu ao passar a uma igreja.

O publicista e memorialista Joaquim José Varela foi nesta ocasião acusado de integrar o grupo maçónico eborense e de ter escrito, em 1814, a “Memória política” acima referida⁵⁰, consumando-se assim a desforra do clero conservador sobre o seu principal detractor⁵¹.

A onda repressiva não poupou sequer o corregedor da comarca, João Ferreira Sarmiento Pimentel. O juiz de fora, ao acusá-lo de falta de coragem para prender os liberais⁵², fez com que “a plebe infame o fosse prender às Casas de sua aposentadoria de onde o arrancaram, e o levaram à Câmara ao pé da qual lhe foi desferido um Trabuço, e arrancada uma aba de sua casaca com o distintivo da Autoridade”⁵³.

Nenhum dos cerca de cinquenta acusados parece ter sofrido pena capital. Porém alguns viram-se condenados a vários anos de degredo⁵⁴. E mesmo os absolvidos por falta de provas consistentes penaram vários meses ou anos na prisão⁵⁵.

⁵⁰ T.T./D.P., A.-A., maço 314, doc. 76. Id., P.P. do reinado de D. Miguel, maço 47, doc. 13, processo do desembargador Joaquim José Varela.

⁵¹ Sete das oito testemunhas de acusação eram membros da hierarquia eclesiástica eborense. Cf. T.T./D.P., A.-A., maço 47, doc. 13, processo do desembargador Joaquim José Varela.

⁵² Id., P.P. do reinado de D. Miguel, maço 43, doc. 7, processo do doutor Joaquim Aleixo Pais da Costa Pegas.

⁵³ Id., P.P. do reinado de D. Miguel, maço 3 doc. 1, processo do carpinteiro António Alberto Correia.

⁵⁴ O enfermeiro militar Gregório José Varela e o cadete António Paulo Vilhena e Silva Lião, ambos do Regimento de Cavalaria 5, foram condenados a 5 anos de degredo, o primeiro para a Guiné e o segundo para Moçambique, pois os homens que alegadamente agrediram, acabaram por morrer dos ferimentos. Cf. id., ibid., maço 30, doc. 9 e maço 8, doc. 11, respectivamente.

⁵⁵ Carlota Joaquina, por ter chamado “tolo” a D. Miguel e cantar em público o hino constitucional, passou 11 meses na prisão. Cf. Id., ibid., maço 13, doc. 5. O tenente-coronel Luís Filipe Pereira do Carvalhal, o tenente Luís de Sá e Sousa Carvalhais e Lacerda e o capitão António Luís de Brito Ferreira Taborda, todos do Regimento de Cavalaria 5 e presos em finais de Abril de 1828, foram absolvidos, por insuficiência de provas, respectivamente em Fevereiro, Novembro e Dezembro de 1830. Id., ibid., maço 68, doc. 4; maço 68 A, doc 8; e maço 7, doc. 6. O desembargador Joaquim José Varela, preso em Junho de 1828 e transferido, um mês depois para o Aljube, foi despronunciado em Abril de 1829, “por falta de prova”. Cf. Id., ibid., maço 47, doc. 13.

As diligências políticas, diplomáticas e militares de D. Pedro no sentido da recuperação do trono da rainha sua filha e da reposição da ordem constitucional, fizeram renascer a esperança e a actividade dos liberais eborenses, originando novas prisões, em 1831 e 1832⁵⁶.

Porém, quando já quase todo o reino caíra às mãos do “exército libertador”, D. Miguel, escurado de Santarém pelo decisivo confronto militar da Asseiceira, instalava na capital alentejana o seu quartel-general, vivendo os derradeiros tempos de rei absoluto junto de alguns dos mais genuínos representantes do Portugal Velho.

A rendição de Évoramonte, assinada a 26 de Maio de 1834, abriu finalmente o caminho para a consolidação do regime constitucional. Em poucos anos, por via da aplicação da legislação reformadora de Mouzinho da Silveira, Joaquim António de Aguiar e José da Silva Carvalho, os representantes das antigas ordens privilegiadas desapareceram quase por completo da cena política, económica e social de Évora⁵⁷, dando lugar a elementos da nova nobreza liberal, a grandes negociantes de Lisboa, mas também a vários descendentes dos lavradores e comerciantes eborenses, cuja ascensão sócio-económica havia começado na época pombalina⁵⁸.

⁵⁶ T.T./ P.P. do reinado de D. Miguel, maço 35, doc. 13, maço 20, doc. 7 e maço 63, doc. 4.

⁵⁷ Em 1838, apenas quatro famílias da nobreza camarária do Antigo Regime permaneciam no exercício de cargos políticos no concelho ou no distrito. Cf. Hélder Adegar Fonseca, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, INCM, 1996, pp. 473-476. Entre estes derradeiros representantes da fidalguia eborense, incluía-se Marcos de Torres Vaz Freire, que na sua juventude se vira obrigado a fugir à perseguição miguelista. Cf. T.T./P.P. do reinado de D. Miguel, maço 75-A, doc. 19, processo de Marcos de Torres Vaz Freire Leitão Manso Tavares de Sousa, cadete da 7.ª Companhia do Regimento de Cavalaria 5.

⁵⁸ Sobre as transformações sócio-económicas ocorridas em Évora e na sua região entre os finais do Antigo Regime e meados do século XIX, veja-se: Jorge Fonseca, “Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX”, *Ler História*, n.º 18, Lisboa, 1990, pp. 111-138. E Hélder Adegar Fonseca, *O Alentejo no século XIX. Economia* Para o Alentejo em geral, onde ocorreu um processo idêntico, veja-se Maria Antónia Pires de Almeida, *A revolução no Alentejo. Memória e trauma da reforma agrária em Avis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, pp. 14, 51 e 142, e bibliografia aí citada.